

Orcamento chegará

Economia

Jornal de Brasília • 7

incompleto ao Congresso

Helival Rios

A Secretaria de Planejamento já negocia com o Congresso Nacional a prorrogação do prazo de entrega do Orçamento Geral da União para 1990, conforme disse ontem ao *Jornal de Brasília* o ministro João Batista de Abreu (ver matéria abaixo). O ministro explicou que a Seplan tem condições de entregar dentro do prazo, ou seja, até o próximo dia 31, um resumo da peça orçamentária. O detalhamento, contudo, deverá demandar mais uns 15 dias além do prazo legal. O ministro disse ainda que considera o novo sistema orçamentário implantado pela Constituição como um dos mais modernos do mundo e explica que, pela primeira vez, o Legislativo terá uma participação efetiva e importante na definição dos gastos públicos.

O Congresso Nacional receberá, para apreciação e discussão, um conjunto de três peças orçamentárias: o orçamento fiscal, o orçamento da Seguridade Social e o orçamento de investimento das estatais. Essas três peças guardam coerência com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pelo Congresso. A partir do próximo governo, um novo documento passará a integrar essa "família" — o Plano Plurianual, que cobrirá todo o mandato do novo Presidente eleito a 15 de novembro próximo, e mais um ano do governo seguinte.

Obediência

Todos os orçamentos anuais, segundo o ministro do Planejamento, devem obediência à LDO. A triagem de cada orçamento ministerial, inclusive, é feita por computador. Aquilo que estiver fora das diretrizes orçamentárias aprovadas pelo Congresso, é automaticamente cancelado.

Explicou o ministro João Batista que o Orçamento Fiscal compreende o orçamento tradicional das receitas e despesas da Administração direta e autarquias, incluindo-se aí os gastos com pessoal. O orçamento da Seguridade Social reúne todas as ações da Previdência e Saúde. Inclui também as dotações do Ministério da Previdência (que antes não eram submetidas à apreciação do Congresso Nacional), do Ministério da Saúde; todos os gastos com saúde do Ministério do Interior; entidades como a LBA (Legião Brasileira de Assistência); SEAC (Secretaria Especial de Assuntos Comunitários) e Ministério da Educação (gastos com os hospitais universitários). Este novo Orçamento da Seguridade Social soma 80% do valor total do Orçamento Fiscal.

O Orçamento de Investimento das estatais, a ser encaminhado ao Congresso, ao contrário dos orçamentos anteriores, sinaliza a alo-

cação de recursos das empresas públicas.

Discussão

João Batista de Abreu diz que a partir de agora, "o Congresso pode discutir, discordar e alterar as dotações orçamentárias, o que não era possível antes da nova Constituição".

Contudo, não poderão ser alterados os gastos com pessoal, as transferências constitucionais para Estados e Municípios, e os encargos da dívida pública. As outras rubricas podem ser alteradas, desde que não seja elevada a soma do total das despesas. Entretanto, lembra o ministro, qualquer emenda proposta aos orçamentos tem de obedecer à LDO.

Ao definir as novas diretrizes orçamentárias, o Congresso já trouxe as prioridades dos orçamentos, que devem ser obedecidas. Mas, o Congresso pode transferir recursos de um item prioritário para outro também considerado prioritário. Essa situação, portanto, difere muito da situação passada, quando cabia ao Congresso ou rejeitar ou aprovar o orçamento "in totum".

Motivação

O ministro do Planejamento diz que "o Congresso Nacional está cada vez mais bem preparado e motivado para discutir o orçamento elaborado pelo Executivo". "A primeira vez que enviei o Orçamento ao Congresso, a maioria dos parlamentares não mostrou interesse no assunto. Hoje, essa situação inverteu-se", ressalta João Batista.

A elaboração dos orçamentos, segundo o ministro do Planejamento, encontrou muitas dificuldades este ano, por causa da demora do Congresso em aprovar a LDO. A aprovação das diretrizes ocorreu no dia 12 de julho, e somente no dia 15 daquele mês é que elas puderam ser encaminhadas às unidades orçamentárias. Até o momento, há, inclusive, quatro Ministérios que ainda não remeteram suas propostas à SEPLAN. Todo o sistema orçamentário do Executivo, entretanto — ressalta o ministro — está informatizado, o que faz prever uma maior rapidez na crítica das propostas pela SEPLAN.

A nova trilogia orçamentária do Executivo a ser encaminhada ao Congresso — informa João Batista de Abreu — virá transcrita em valores de maio de 1989. No passo seguinte, esses valores (que ainda não estão definidos em seus limites globais) serão reajustados para dezembro de 89. O ministro lamenta que tenha sido vetado pelo Senado na sua tese de elaborar orçamentos em valores indexados — em BTNs (Bônus do Tesouro Nacional), por exemplo, o que facilitaria o trabalho de acompanhamento e de controle orçamentários.